

Política

CONSTITUINTE

A estratégia agora se volta para o segundo turno de votação, com um trabalho de convencimento junto aos constituintes. Objetivo: derrubar, além da polémica emenda dos juros, o turno de seis horas, a greve irrestrita, a licença paternidade...

A contra-ofensiva dos empresários

A decisão da Constituinte de limitar os juros despertou o empresariado nacional. Em duas reuniões realizadas ontem, em Brasília, pela União dos Empresários do Brasil, e em São Paulo, por representantes de vários setores da área econômica, os empresários decidiram que vão tentar derrubar no segundo turno de votação da Constituinte os artigos que criaram o turno de seis horas de trabalho; a greve irrestrita; a imprescritibilidade das causas trabalhistas; e a licença paternidade. E mais: a estratégia dos empresários de São Paulo é procurar os constituintes para uma conversa franca, demonstrando a eles estar a realidade brasileira acima dos interesses pessoais, inclusive de empresários, fisiologistas ou ideólogos.

Na reunião do Fórum Informal de Empresários, realizado ontem na Bolsa de Valores, entre representantes do comércio, indústria, agricultura, bancos, mercado de capitais e transporte, Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bovespa, garantiu que os empresários estão preocupados com os resultados das votações "que estão levando o País a viver irrealdades" como o tabelamento de juros e a cobrança de ICM sobre a comercialização de ouro.

A força do empresariado para atuar junto aos constituintes é muito grande, mas como vai ser efetuado esse trabalho, ainda é prematuro dizer — disse Rocha Azevedo, lembrando que a tarefa será conscientizar os mais radicais de que as medidas aprovadas podem inviabilizar a economia.

Rocha Azevedo lamentou que algumas votações sejam como "torcida de futebol", onde entra a emoção em lugar do bom senso. Rocha Azevedo disse esperar que as posições populistas sejam abandonadas e as posições definidas previamente sejam mantidas, já que muitos votos foram dados diferentemente do que ficou acertado em conversas preliminares.

Para o presidente da Federação das Indústrias (Fiesp), Mário Amato, os constituintes "que realmente representam o povo precisam se penetrar da responsabilidade de seu ato e, sem emoção e revanchismo, procurar encontrar o melhor para a Nação.

Tivemos caso em que o próprio parlamentar confessou ter votado numa forma de revanchismo. Essa posição não representa a realidade brasileira.

Além de Amato e Rocha Azevedo, também participaram da reunião do Fórum, Abram Sztajman (Federação do Comércio), Fábio Meirelles (Federação da Agricultura), Flávio Telles de Menezes (Sociedade Rural), Paulo Queiroz (Sindicato dos Bancos), Romeu Trussardi Filho (Associação Comercial) e Dario Ferraz (Federação das Empresas de Transporte).

Já o presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio Oliveira Santos, prometeu uma grande mobilização da União dos Empresários do Brasil no segundo turno de votação, e ainda aproveitou para ironizar a aprovação da emenda que tabelou os juros: "Os 314 constituintes que apoiaram esta emenda em nome dos empresários estão divorciados da realidade da economia nacional e o primeiro contraventor dessa medida, se ela for mantida, vai ser o próprio governo".

A decisão dos empresários foi tomada após reunião realizada ontem na sede da CNC, em Brasília, na qual estiveram presentes os seguintes presidentes de confederações: Albano Franco, da Indústria, Camilo Cola, dos Transportes Terrestres, Roberto Bornhausen, das Instituições Financeiras, Alysson Paulinelli, da Agricultura, Amaury Temporal, das Associações Comerciais do Brasil, e Arthur João Donato, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

'Convergência de interesses'

A aprovação da emenda do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), fixando em 12% o juro real, expressou o sentimento de inconformismo da sociedade brasileira com relação às taxas escorchantes praticadas por instituições financeiras e sobre o crédito ao consumidor, mas foi possível também graças a uma aliança natural entre proprietários rurais e as esquerdas. A avaliação é feita por representantes das várias correntes na Constituinte, que, no entanto, garantem não ter havido sequer conversas com representantes da União Democrática Ruralista (UDR). Segundo defensores da emenda, houve apenas uma "convergência de interesses", mas nenhum acordo formal.

Na véspera da votação, o senador Severo Gomes reuniu para um almoço em seu apartamento Fernando Gasparian, o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) e o ex-presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, que se prontificou a trabalhar pela aprovação da iniciativa.

Líder do PDT insiste: houve fraude.

A Mesa da Constituinte rejeitou, ontem, o recurso apresentado pelo líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, para anular a votação do destaque para votação em separado do Centrão — que retirou, na última terça-feira, a possibilidade de desapropriação da propriedade produtiva do texto da Constituição. No entendimento da Mesa, a denúncia de fraude e de uso indevido de duas das 299 assinaturas que apoiavam o destaque do Centrão não invalidou a sua votação, já que havia um número maior de assinaturas do que as exigidas para aquele fim.

Brandão Monteiro vai entrar com recurso no Supremo Tribunal Federal contra a decisão da Mesa da Constituinte e aguarda apenas a entrega, pela Mesa, da certidão de indeferimento do recurso que solicita a nulidade da votação para ir ao STF. No pedido de impugnação, o líder Brandão Monteiro duvidava da autenticidade das assinaturas dos deputados Aécio Neves (PMDB-MG) e Fábio Feldmann (PMDB-SP). Mesmo quando provado que as assinaturas eram válidas, o líder continuou insistindo na impugnação. Segundo ele, houve falsidade ideológica.

"A questão não pode ficar meio legal e meio ilegal", disse ontem Brandão, para quem os dois deputados assinaram um documento que acreditavam ser um pedido de preferência para votação e que, na verdade, era o destaque. Assim justificando sua atitude: "Vou recorrer".



Mário Amato



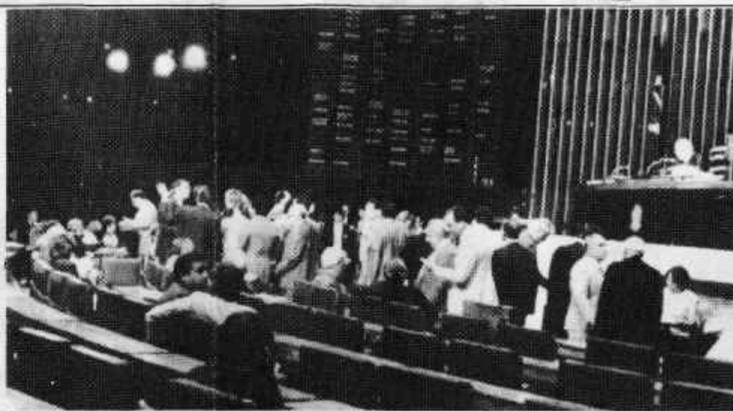
Rocha Azevedo



Oliveira Santos



Albano Franco



O plenário ontem: mais uma segunda-feira sem quórum.

Mais um dia para administrar os acordos

Os constituintes terão mais um dia pela frente para continuar negociando os capítulos que tratam da seguridade social e da saúde, primeiros a serem votados no Título VIII, que deverá entrar hoje em pauta (ontem não houve quórum). Ainda há impasses a serem superados nos dois capítulos, e um dos principais é em relação à obrigatoriedade de Estados e Municípios cooperarem com uma porcentagem de seus recursos para a receita da União a ser aplicada tanto na seguridade social quanto na saúde. "O Centrão acha que isto não está certo, porque já foi aprovado um dispositivo anteriormente que obriga a União a descentralizar seus recursos, repassando-os aos Estados e Municípios, para que eles os apliquem nos programas que acharem mais convenientes", explicou o deputado José Lins (PFL-CE), um dos negociadores do grupo.

A seguridade social é um sistema novo que está sendo criado para controlar, através de orçamento único a atuação centralizada, a saúde, a assistência e previdência social, a prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida. Sistema semelhante existe hoje na França e Inglaterra.

O primeiro impasse surge no inciso primeiro do artigo 228, que estabelece que, entre as contribuições sociais que financiam a seguridade social, de forma direta e indireta, está a "contribuição dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro". O Centrão queria que no texto ficasse escrito "faturamento ou lucro", mas acabou cedendo em troca de um acordo global. Outro problema surgiu no parágrafo sexto, que diz que "as contribuições de que trata este artigo só poderão ser exigidas depois de decorridos 90 dias

da data de publicação da lei que as houver instituído ou modificado. Para o Centrão, este prazo fere o princípio da anuidade de que só se pode criar um imposto para ele ser cobrado no ano seguinte. Há expectativa de acordo, desde que o prazo seja alterado.

Um acerto fechado na reunião de ontem é sobre o artigo que estabelece que o contribuinte em débito com o sistema de seguridade social não poderá contratar com o poder público, nem dele receber benefícios, incentivos, financiamentos ou recursos de qualquer natureza. Foi acrescentada, a este parágrafo a expressão "conforme especificado em lei", o que permitirá, segundo explicou José Lins, que o contribuinte poderá pagar um empréstimo, por exemplo, desde que seja para quitar seu débito com a Previdência.

Como trabalham os lobistas da Medicina

Associação Brasileira de Medicina de Grupo (ABRANGE).

Não faltaram também os lobistas contra e favoráveis à manutenção da saúde ocupacional (acidentes e doenças do trabalho) no Ministério do Trabalho. Mais poderosa, a FBH chegou a montar um escritório e possui uma mansão no Lago Sul de Brasília como apoio operacional. A todo esse poder de pressão juntam-se os muitos constituintes médicos, donos de clínicas e hospitais privados contrários à subordinação dos serviços particulares à rede de serviços públicos.

As quatro principais entidades do setor privado de saúde calculam que ontem estiveram atuando no corpo-a-corpo junto aos constituintes cerca de 800 lobistas que deverão dobrar hoje. A delegação da AMB, por exemplo, só chega hoje. São cerca de 100 lobistas entre presidentes e diretores das 27 federações espalhadas pelo País, que representam perto de 130 mil médicos, lembrou o presidente da entidade, Antonio Nassif. Persistente, a FBH marcou presença constante em todas as fases da constituinte sempre representada pelo seu presidente ou pelo vice, Carlos Eduardo. O ex-deputado e ex-presidente do INPS, Reinhold Stephanes, atuou com toda a experiência no ramo como principal assessor não constituinte à iniciativa privada hospitalar.

Folhetos e notas aos constituintes chegaram aos montes em seus gabinetes provenientes das diversas correntes ideológicas do setor saúde. A Associação Médica Brasileira, por exemplo, tentou em nota justifi-

car as alterações propostas no projeto do relator Bernardo Cabral. A principal resistência é contra a subordinação da livre iniciativa ao setor público. Entende a AMB que isso "contraria princípios universais, não atende à realidade brasileira e o texto atual da Sistematização contém alguns itens nitidamente estatizantes, que fatalmente desestimularão o progresso da medicina".

A ABRANGE também distribuiu uma nota aos constituintes e à imprensa manifestando seu temor quanto à "tendência estatizante" do projeto de sistematização, no entender da entidade classificado como "um perigoso passo para o caos total do setor". Ao fazer esse alerta o presidente da ABRANGE, Mário Martins Filho, observou que 80% do atendimento médico-hospitalar do país são efetuados pela iniciativa privada e um leito em hospital público é 6 vezes mais caro que em um particular. Representantes do setor público lembraram que isso ocorre porque o custo total estão incluídos medicamentos, enfermagem e hotelaria, não computados na estatística da rede privada.

Um telão instalado na entrada da Câmara dos Deputados tentará mostrar a partir de hoje que a proposta dos sanitaristas não é estatizante. São 15 minutos de filme onde o próprio presidente José Sarney tem resgatada sua fala na abertura da 8ª Conferência Nacional de Saúde, instalada em 1985, aprovando a unificação do sistema nacional de saúde e a reforma sanitária, definida na época por ele como uma "pre-constituinte".

O Brasil, em descompasso com o mundo.

José Carlos Santana, de Londres.

A decisão da Assembléia Constituinte de reservar o controle da indústria de mineração somente para brasileiros e de acabar com os chamados contratos de risco para prospecção de petróleo continua repercutindo na Europa. A edição de ontem do Financial Times dedicou meia página ao assunto, e termina o longo artigo dizendo que o Brasil, ao escolher um caminho menos rápido e menos eficiente para a exploração dos seus recursos naturais, vai continuar sendo o país do futuro.

Nos meios empresariais, poucos se arriscam a comentar a questão abertamente, e o argumento que usam é que não podem dar uma opinião com base no que leram em jornais. Um deles comparou o Brasil a uma criança que "prefere continuar engatinhando a ficar de pé". Outro disse que "o Brasil perdeu uma grande oportunidade de dar um salto para o futuro". E um terceiro criticou severamente os empresários brasileiros, dizendo que "eles querem ter tudo e não ceder nada".

A matéria do Financial Times é assinada por Ivo Dawnya, correspondente do jornal no Rio de Janeiro. Ele inicia o artigo falando da maioria surpreendente conseguida pelos nacionalistas na votação das novas leis econômicas e do flagrante descompasso entre o pensamento brasileiro e todo o resto do mundo: enquanto governos como os Estados Unidos e até a União Soviética estão propondo a interdependência e lutando para atrair investimentos, o Brasil — "orgulhoso, independente, próximo da falência" — decidiu mostrar aos estrangeiros a porta de saída.

O correspondente do mais importante e mais lido dos jornais de economia e finanças da Europa — biblia e porta-voz da comunidade financeira britânica — manifesta sua surpresa diante da presença dos centristas na combinação de forças que garantiriam a aprovação das novas leis, e cita as críticas feitas pelos jornais à legislação como um exemplo, também, da falta de sintonia entre os políticos e a sociedade brasileira.

Menos compreensível, diz o Financial Times, é a posição dos militares, "alguns dos quais acreditam que o Brasil pode manter monopólios ou cartéis em setores considerados de segurança nacional e, mesmo assim, manter-se na vanguarda tecnológica, sem qualquer estratégia ou programa econômico para financiá-la".

A maior culpa, no entanto, de acordo com o pensamento liberal, seria das empresas nacionais, que "vêem a manipulação dos sentimentos nacionalistas em Brasília como um caminho seguro para obtenção de lucros sem o temor da competição ou de arriscar investimentos".

O artigo do jornal inglês fala da mentalidade pluralista dos brasileiros e da possibilidade de que nenhuma das leis aprovadas seja tomada ao pé da letra: "A indústria, seja como for, reconhece abertamente que a maioria dos estrangeiros contornará as regras apontando testas-de-ferro brasileiros para assumir os 51% das ações com direito a voto".

E, finalmente, depois de comentar que nem tudo parece perdido, e que é possível olhar para a situação também com otimismo, o correspondente do Financial Times conclui o artigo lamentando que, com as medidas aprovadas pela Constituinte, mais uma vez o Brasil atrasou a chegada do futuro.

José Carlos Santana, de Londres.

Anistia para pequenos empresários

Os deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Mansueto de Lavor (PMDB-PE) estiveram reunidos ontem com empresários ligados à União Brasileira de Empresários para solicitar a apreciação das emendas que pretendem apresentar durante a votação do capítulo das Disposições Transitórias, referentes à área econômica. Estes, talvez "escaldados" pela polémica do tabelamento dos juros, além de considerarem "justas e defensáveis" as emendas, foram mais longe: prometeram iniciar um trabalho de convencimento junto aos parlamentares que apoiam, para vê-las aprovadas no plenário.



Mansueto de Lavor

Dois constituintes-empresários também participaram do encontro: Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, e Alysson Paulinelli, presidente da Confederação Nacional da Agricultura. As emendas: anistia às dívidas contraídas em estabelecimentos bancários e entidades financeiras pelas microempresas, assim como aos pequenos e médios produtores rurais situados nas áreas da Sudene, Sudam e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; não incidirá correção monetária sobre as liquidações decorrentes de empréstimos contraídos no período de 28 de fevereiro até 31 de dezembro de 1987.

A justificativa apresentada pelo deputado Mansueto de Lavor para solicitar a "aprovação" de sua emenda é de que ao ser decretado, "o Plano Cruzado despertou no País uma onda de otimismo, com estabilidade de preços e inflação zero". Mansueto diz que "tais promessas estimularam o surgimento de diversas empresas de pequeno, médio e grande porte, além de grandes investimentos, só que, em seguida, veio a decepção, deixando aqueles agricultores e empresários em situação financeira difícil".

UM ALIADO NO CENTRÃO

Pelo menos no capítulo da Saúde, os sanitaristas contam com um poderoso aliado: nada menos que o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que nesse setor tem acatado todas as teses da esquerda de estatização da saúde pública, arrematando entre 40 a 50 votos de centristas. Sant'Anna não aceita a vinculação de seu posicionamento ao fato de ser casado com uma militante do Movimento Sanitário Nacional, a médica Fabíola Nunes. "Meus ideais nessa área são anteriores à existência do Centrão e são extraconjugais", gosta de lembrar sempre que questionado a respeito.

Foi como ministro da Saúde que Carlos Sant'Anna convocou e realizou a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1979, criando o Sistema Único de Saúde, ocasião em que Fabíola Nunes teve marcante atuação junto ao Movimento Sanitário Nacional. "Sempre defendi as mesmas posições na área da saúde pública, desde os tempos de Tancredo Neves, quando fui um dos que elaborou o projeto da saúde para os primeiros cem dias de seu governo", observou o líder do governo, ressaltando que suas idéias nesse setor são totalmente aceitas pelo Centrão porque seus integrantes

já as conheciam desde o começo da Constituinte.

Na verdade, não é bem assim que as coisas estão acontecendo. Atuando como mediador nas negociações entre a liderança do PMDB, as esquerdas e o Centrão — no capítulo da Saúde — Carlos Sant'Anna tem conseguido reverter vários votos de simpatizantes da privatização do setor. Muitos parlamentares o procuraram semana passada para avisá-lo que votariam o projeto da Sistematização desde que ele (Sant'Anna) atuasse como mediador nas reuniões com Mário Covas para chegar a um consenso nesse capítulo que evite o confronto em plenário, provavelmente hoje.

Sant'Anna acredita num acordo prévio. Ele disse que ontem quase todos os itens do capítulo estavam acordados com o Centrão, inclusive o que prevê a implantação de um sistema único de saúde no setor público. Na busca de um entendimento, porém, a área privada deverá ficar fora do sistema, atuando de forma apenas complementar e opcional. O líder do governo tem uma emenda no capítulo ao Art. 234: "As ações e serviços de saúde são de natureza pública", e um destaque ao texto da Sistematização: "Cabe ao Poder Público a execução, regulamentação e controle das ações e serviços públicos".

Quanto à estatização dos bancos de sangue, Sant'Anna defende sua remessa à lei ordinária que ficaria incumbida de legislar sobre a coleta, transfusão, transporte do sangue e seus derivados (albumina etc.) vedando todo tipo de comercialização do produto.

PARTIDOS

O PMDB, tentando realinhar seu perfil.

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) será o relator da comissão que vai ser responsável pela reformulação do estatuto do PMDB e o ministro da Cultura, Celso Furtado, deverá ser o relator da comissão que vai atualizar o programa partidário da legenda. Os nomes foram anunciados ontem pelo presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, que nos próximos dias instalará oficialmente as comissões, cujas atividades já vêm sendo previamente abastecidas de sugestões dos diretórios regionais e de governadores. "O novo perfil do PMDB tenderá para posição centro-esquerda", segundo explicou o deputado Generaldo Correia.

A decisão de criar tais comissões foi tomada na reunião da executiva nacional do partido, que decidiu pelo adiamento da convenção nacional para 21 de agosto. Os governadores do Rio de Janeiro, Moreira

Franco; da Bahia, Waldir Pires; do Rio Grande do Sul, Pedro Simon; de Goiás, Henrique Santilloz; e de Pernambuco, Miguel Arraes, já estão enviando subsídios para a reformulação do estatuto e do programa partidário. Conforme o deputado Generaldo Correia, majoritariamente os governadores serão contra a ideia de o partido adotar posição de direita, porque, segundo ele, a conciliação de forças de sustentação do governo não condiz com o perfil do PMDB ou com suas históricas bandeiras. Com isso, acredita que lideranças, hoje desestimuladas, como os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas possam se aliar ao novo perfil do PMDB. Quanto à ala mais conservadora, o deputado Generaldo Correia lembra que pelas novas leis de organização dos partidos há autonomia para que a legenda venha a punir quem se voltar contra o programa parti-

dário. Como disse ontem Ulysses Guimarães, está sendo analisada com empenho a parte econômico-financeira do programa do partido, com o auxílio dos governadores, economistas e técnicos.

Ontem, Ulysses reuniu-se em Brasília com o governador de Minas, Newton Cardoso, articulando a necessidade de unir o PMDB para garantir a vitória nas eleições municipais desse ano. "Se depender de mim, disse Ulysses, ninguém sai do partido".

Para o senador Fernando Henrique Cardoso, que não apoia o movimento dos governadores, "o PMDB precisa é de ação prática: nada de impedir reuniões ou adiar convenções. Para ele, a ideia de o PMDB se apropriar da nova Constituição seria negativa. Porque ela não é só do PMDB, é de vários partidos".



Meus ideais nessa área são anteriores à existência do Centrão e são extraconjugais, explica Sant'Anna